

Dispositivos ciberfeministas no Instagram: as autorias educ-ativas em contexto de Covid-19

Resumo: A produção de mulheres na internet não é nova, mas, a partir do movimento dos feminismos plurais, principalmente mediado pelo uso das redes sociais na internet notamos a emergência de diferentes fenômenos, performances e usos, bem como o potencial dos multiletramentos críticos em Street (2014), Fernandes, Cruz e Souza (2020) mobilizados em práticas sociais na cibercultura. Durante a pandemia de covid-19 realizamos uma etnografia na cibercultura a partir da qual alguns dispositivos autorais foram mapeados na plataforma Instagram, com o objetivo de compreender como dispositivos autorais educacionais foram forjados por diferentes mulheres e de que modo podem inspirar práticas pedagógicas feministas na cibercultura. Os dados produzidos foram descritos densamente e analisados buscando os sentidos e os modos de subjetivação de mulheres feministas em fenômenos emergentes como *lives*, ocupações, aulas públicas, pole dance e práticas de digital *storytelling*, dialogando com autoras feministas como Angela Davis, Heloísa Buarque de Hollanda, bell hooks, Vilma Piedade, Djamila Ribeiro, Sara Wagner York, dentre outras. Como resultados destacamos a possibilidade de problematizar questões relacionadas à cibercultura e às práticas sociais mediadas pelo digital em rede e aos sistemas estruturais como patriarcado, colonialismo e capitalismo, em intersecção com categorias importantes aos feminismos como gênero, raça e classe, sendo possível ainda, mapear o que estamos concebendo como multiletramentos críticos, ao lançar o olhar às estratégias e táticas das praticantes para superação e resistência aos atravessamentos e opressões sofridas historicamente e materializadas em violências como a discursiva, a política, a acadêmica, estética, entre outras.

Palavras-chave: ciberfeminismos; cibercultura; multiletramentos críticos; Instagram.

Edméa Santos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

edmea.baiana@gmail.com

Terezinha Fernandes

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

terezinha.ufmt@gmail.com

Sara Wagner York

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

sarayork.london@yahoo.co.uk

Considerações iniciais

Como pensar em processos formativos na educação brasileira, no contexto de uma economia capitalista em que, histórica e culturalmente, o trabalho reprodutivo, o sexual e o de cuidados relacionados aos corpos das mulheres, não geram lucro e, por isso, justificam-se as desigualdades e opressões deste sistema aliado a outros, como o colonialismo e o patriarcado? Como formar mulheres em um contexto em que os contínuos de violências contra elas se exacerbam a cada dia? O que o feminicídio, o abuso, o estupro, o estupro corretivo, a violência doméstica e outras violências nos dizem sobre esses sistemas de opressão que se entrecruzam e se interseccionam na atualidade? Como pensar em processos formativos por caminhos outros, pedagogias desobedientes de existência e (re)

existência? A pandemia de covid-19 trouxe consigo a emergência de uma nova configuração desses sistemas de opressão, pois o tratamento, a vacina e até mesmo a morte têm viés racista, territorial, de gênero e classista em escala mundial, em que mulheres negras e pobres são as vidas mais sacrificadas. No Brasil, esses recortes se intensificam e expõem a degradação e o assujeitamento de alguns corpos, bastando ver os dados estatísticos¹ da Associação Nacional de Travestis e Transexuais. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021)

Essas e outras questões nos levaram a pesquisar os movimentos cyberfeministas em redes sociais na internet, mapeando diferentes fenômenos, performances e usos mediados pelo digital em rede, com o objetivo de compreender como dispositivos autorais foram forjados por diferentes mulheres e de que modo podem inspirar práticas pedagógicas feministas na cibercultura. Outro dado foi a exposição de grupos conservadores e suas práticas de acionamento da deslegitimação de grupos de mulheres a partir da geração do pânico moral, hipersexualização e objetificação de mulheres. Em contrapartida, as interfaces apresentadas criam redes de colaboração, ajuda e acolhimento.

Com essa intenção, realizamos uma etnografia na cibercultura (PEREIRA, 2018) a partir da cartografia de ativismos e autorias de mulheres na plataforma Instagram, em fenômenos emergentes como *lives*, ocupações, aulas públicas, *pole dance* e práticas de *digital storytelling*. Com os dados produzidos, descritos e analisados, buscamos os sentidos e os modos de subjetivação de mulheres, dialogando com autoras feministas e com o potencial dos multiletramentos críticos mobilizados em práticas sociais de mulheres na cibercultura.

O estudo foi organizado em quatro partes, além desta introdutória. No item dois, trazemos o percurso da etnografia dos fenômenos emergentes da/na cibercultura e suas manifestações no Instagram, por meio do qual realizamos a cartografia dessas manifestações. No item três, discutimos os sistemas estruturalizantes do patriarcado, colonialismo e capitalismo, além de categorias interseccionais de gênero, raça e classe/renda, que formam encruzilhadas, (AKOTIRENE, 2018) atravessam a vida de mulheres na contemporaneidade e geram hierarquizações e violências. No item quatro, apresentamos práticas cyberfeministas mediadas pelo digital em rede, mapeadas em redes sociais, dialogando com o referencial teórico feminista.

Na parte cinco, discutimos os sentidos dos fenômenos emergentes na/da cibercultura pelo viés dos multiletramentos, lançando o olhar às estratégias e táticas das praticantes como maneiras de fazer no/com o cotidiano, (CERTEAU, 1998) diante dos atravessamentos, das encruzilhadas e das hierarquias que geram e reproduzem opressões e violências históricas, para pensarmos em processos formativos para a superação e (re)existência.

Etnografia de fenômenos emergentes da/na cibercultura e suas manifestações no instagram

O estudo foi desenvolvido, entre março de 2020 e início de 2021, visando compreender práticas ciberfeministas, acontecimentos e experiências produzidas por mulheres feministas em redes sociais. Foram encontros desterritorializados geograficamente e mediados por tecnologias digitais em rede, em que mulheres se reuniram pelas afinidades de suas pautas de luta. Com a categoria mulher no plural, atentamo-nos à luta e inserção dos corpos de mulheres, cuja relação entre o sexo e o gênero designada no nascimento, atendendo à nomenclatura binária, é tão possível quanto a relação com corpos em que esses limites do constructo social são impetrados e mantidos ativos pelo patriarcado. Assim, a categoria mulheres, no plural, é agente intencional para a composição da multiplicidade entre tal grupo. Mulheres cisgêneras, transgêneras e travestis, deficientes, bissexuais, entre tantas outras, corriqueiramente apagadas da história, como na tentativa, sem sucesso, ocorrida com a mulher lésbica Marielle Franco. Mulheres têm sexo, têm gênero, têm raça e têm desejos, e suas práticas sociais, afetivas e sexuais, nos vários espaços, são diversas.

Para o deslocamento de fronteiras físicas e geográficas ao encontro da atuação *on-line* das praticantes, como campo de possibilidades e criações, encontramos, na abordagem multirreferencial de Ardoino (1998), a possibilidade de leitura plural dos objetos práticos e teóricos, a diversidade de pontos de vista, linguagens, sistemas de referências e heterogeneidades, em um processo vivo de buscas e de criações.

A etnografia na cibercultura inspirada em Pereira (2018) é uma prática cultural, sensível, descritiva, densa e implicada com o campo, concebido como estrutura de complexidades. A perspectiva aberta da etnografia na cibercultura, possibilita, pela imersão

do/a pesquisador/a no/com o cotidiano das praticantes culturais, produzir dados em contexto e em colaboração. E pela análise dos dados possibilita a compreensão dos modos de subjetivação e de atribuição de sentidos (dos e com) as praticantes, como suas produções, apropriações, aprendizagens, resistências, negociações etc.

Nesse contexto recorreremos à lógica cartográfica, como ensina Martín-Barbero (2004), para captar singularidades e transitar pela transversalidade e pelo olhar curioso, criando itinerários e mapas dos fenômenos emergentes e autorais de mulheres na cibercultura. Para apreender as operações cotidianas de mulheres como praticantes culturais do/no ciberespaço, na plataforma Instagram, mapeamos dispositivos em diversos coletivos e grupos de mulheres, para além das *lives* discutidas por Santos (2020a), observando os fenômenos emergentes, objetivando compreender como dispositivos autorais foram forjados por diferentes mulheres e de que modo podem inspirar práticas pedagógicas feministas na cibercultura.

Com os dados produzidos, dialogamos com autoras feministas como Angela Davis, Heloisa Buarque de Hollanda, bell hooks, Vilma Piedade, Djamila Ribeiro, Sara Wagner York, entre outras, para lançar um olhar aos atravessamentos e às lutas das mulheres, bem como fazer uma análise do potencial dos multiletramentos críticos em Street (2014) e em Fernandes, Cruz e Santos (2020).

Sistemas estruturais que se interseccionam: atravessamentos compartilhados

Compreender o contexto contemporâneo mediado pelas tecnologias digitais em rede nos coloca diante da necessidade de mergulhar nos sentidos dos fenômenos emergentes na/da cibercultura. O intuito é nos inspirar à busca de práticas pedagógicas e de docência que possam operar com um currículo escolar e universitário em que os sistemas estruturais do colonialismo, patriarcado e capitalismo não só estejam presentes nas problematizações cotidianas, em intersecção com as discussões de gênero, raça e classe/renda, mas também possam abrir possibilidades de superação das opressões que se materializam em diversas violências contra as mulheres.

Para Angela Davis (2016), no século XIX, a metáfora “escravizada” (e não escrava), evocada por mulheres brancas de classe média do norte global para denunciar as opressões do casamento e da vida doméstica, é a mesma metáfora evocada por mulheres

da classe trabalhadora daquele período para denunciar a opressão econômica sofrida pela exploração pelo trabalho e baixos salários. O que, para a autora, denota certa afinidade entre essas mulheres brancas com mulheres e homens negros, para os quais a escravidão opressora representava o oposto da liberdade. Mais adiante, a escravidão da linha de montagem também não foi a libertação de mulheres dos trabalhos domésticos, em duplicidade ao trabalho remunerado fora de casa, mas foi certamente um impulsionador das pressões para a eliminação da gradativa escravização (e não da escravidão) doméstica e a divisão deste trabalho com os homens. Para Davis (2016, p. 244),

[...] no capitalismo, as campanhas por empregos em base de igualdade com os homens, combinadas com movimentos de criação de instituições como creches subsidiadas pelo poder público, contêm um potencial revolucionário explosivo.

Tais aspectos, apontados no prefácio escrito por Djamila Ribeiro (2016), revelam as nuances das opressões sofridas pelas mulheres negras e pobres que foram desumanizadas e fazem a intersecção entre as opressões de raça, classe/renda e gênero que nunca foram consideradas como mecanismos de controle social, dominação e violências. Esse modo de pensamento e de organização estruturou historicamente a sociedade e de modo entrecruzado. No pensamento de Davis (2016), classe informa raça, raça informa classe, e gênero também informa classe. Para Ribeiro (2016), raça é a maneira como a classe é vivida, e gênero é a maneira pela qual a raça é vivida. E, entre essas categorias, existem relações mútuas e cruzadas. Para romper com a lógica opressora, é preciso ir além de ocupar espaços de poder; é necessário interligar lutas e desagregar valores democráticos de valores capitalistas que atingem as mulheres negras.

Heloisa Buarque de Hollanda (2018, p. 11), em seu livro-ocupação conta a sua militância e experiência para descolonizar a universidade com pesquisas e produção intelectual, buscando “abrir espaço para novas vozes, novos saberes e novas políticas”, na luta de mulheres vítimas de opressões que geram violências. O histórico brilhante trazido pela autora para elucidar a sua compreensão dos movimentos feministas no Brasil, perpassa pelas heranças teóricas internacionais, para compreender como esses percursos foram construídos socialmente na realidade brasileira, com os pés fincados em questões trabalhistas, violência doméstica

e desigualdades entre homens e mulheres, contribuindo com o debate das opressões que perduram até os nossos dias.

Hollanda (2018) busca a compreensão das mudanças que apontavam outros modos das mulheres lutarem por suas demandas, com marchas, protestos e campanhas, nas ruas, nas redes digitais e nas artes. Muitas mulheres falando, exigindo, indignando-se, revoltando-se e desejando, com garra e criatividade. E muitas vezes sendo ouvidas, pois representam uma

[...] nova geração política, na qual se incluem as feministas, com estratégias próprias, criando formas de organização desconhecidas para mim, autônomas, desprezando a mediação representativa, horizontal, sem lideranças e protagonismos, baseadas em narrativas de si, de experiências pessoais que ecoam coletivas, valorizando mais a ética do que a ideologia, mais a insurgência do que a revolução. Enfim, outra geração. (HOLLANDA, 2018, p. 12)

O que Hollanda (2018) vê é uma “cena aberta”, composta por uma geração de mulheres digitais, em que o lema é compartilhar. É este o panorama da quarta onda feminista, com novos ativismos dos feminismos da diferença que povoam as redes digitais, são experiências de mulheres que vêm da Academia, da literatura, das artes, da música, do cinema, do teatro etc. A multiplicidade de opressões contidas nas demandas dos feminismos das diferenças, como nos diz Hollanda (2018), traz, em suas práticas, a interseccionalidade, os lugares de fala e a legitimação da potência coletiva e horizontal de suas vozes, como instrumentos analíticos para se compreender as relações sistêmicas e estruturais da sociedade contemporânea.

Vilma Piedade (2017), ao trazer para o diálogo a perspectiva que intersecciona a dor de mulheres negras pelas opressões de gênero e raça que atravessam as suas condições de vida, formula a noção de dororidade. As zonas de intersecção entre opressões do passado e do presente, também se atualizam na obra de Carolina de Jesus, *Quarto de despejo* (1960), pois as experiências de dores individuais e coletivas de mulheres são disparadores conceituais que nos remetem às memórias cotidianas de opressão patriarcal, racial e social históricas, que geram violências simbólicas e físicas, povoam narrativas e vivências e se entrelaçam com as dores de outras mulheres.

Para Piedade (2017), a compreensão de tais narrativas, no sentido de legitimá-las, requer referenciais teóricos que as abarquem em sua totalidade e atravessamentos, para além da sororidade que dialoga com as opressões do machismo, da estrutura patriarcal da sociedade, das condições sociais de mulheres, ampliam-se às opressões interseccionalizadas de mulheres negras.

O caminho que percorro nessa construção conceitual me leva a entender que um conceito parece precisar do outro. Um contém o outro. Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois, contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é Preta. (PIEADADE, 2017, p. 16)

Com esta compreensão, para nós, a dororidade está presente nas entrelinhas do diário de memórias individuais de Carolina de Jesus, no qual ela conta sobre si, mas conta também sobre dores compartilhadas por/com outras mulheres negras e pobres que, vivendo em uma sociedade estruturada pelas opressões do patriarcado, machismo, racismo e capitalismo, carregam silêncios e violências comuns.

Quando eu argumentei que Dororidade carrega, no seu significado, a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo, destaquei que quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, tem um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder... E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra classe. Sai a sororidade e entra Dororidade. (PIEADADE, 2017, p. 46)

Nesse contexto, narrar histórias e compartilhá-las é desconstruir práticas culturais, silêncios, violências e dores que se somam a outras e ganham força para romper com as heranças de opressões. São narrativas de si que ecoam como gritos de insubmissão, resistência e luta por igualdade e liberdade. Na contemporaneidade, as narrativas digitais de si, como práticas ciberfeministas em redes sociais, são instrumentos pedagógicos fundamentais à educação emancipatória de mulheres em nosso tempo.

Quando Djamila Ribeiro (2017) nos chama a atenção para quais sujeitos sociais podem falar em nossa sociedade patriarcal e machista é sobre autorização discursiva que ela está falando. Mas

não é só quem tem direito à voz; é quem tem direito à existência, é quem tem poder dentro dessa estrutura. Ela está chamando atenção para a necessidade de desnaturalizar lugares, de incomodar, de responsabilizar-se, de assumir postura ética, e isso passa pela questão ética e política de sair do silenciamento histórico, da invisibilização que foi construída historicamente. É romper com a hierarquização que atravessa a questão de gênero, em que mulheres se resumem a um corpo sexualizado e objetificado, em uma relação subjugada e hierárquica em relação aos homens.

Para Ribeiro (2017), nas redes sociais digitais, esse lugar de fala iguala mulheres e homens em suas pluralidades, com representatividade para alcançar as estruturas de poder, pelo ativismo político, pelo uso da linguagem como forma de luta. É espaço de protagonismo como forma de resistência e, ao mesmo tempo, para romper com o modelo hegemônico dominante de superioridade patriarcal que gera desigualdades.

Ribeiro (2017) destaca que poder e identidade caminham juntos, pois, em determinados contextos sociais, o patriarcado legitima e deslegitima certas identidades, colocando mulheres na função de objetos, de submissão, inferiorização e dominação em relação aos homens que determinam o que fazer com seus corpos, saberes e produções. Para a autora, ter direito à voz é ter direito à vida, é ter direito à existência. É transcender a norma colonizadora e patriarcal, atuando por demarcar lugar como sujeito social, histórico, ético e político.

Para compreender o lugar social que mulheres ocupam, no entendimento de Ribeiro (2017), é necessário pensar nas categorias feminismo, mulher, mulher negra e gênero, pois são variáveis teóricas e, dentro da estrutura social, representam poder e controle. Daí se compreende por que, nas redes sociais, grupos minoritários incomodam quem tem o poder do discurso, pois a comunicação é um instrumento teórico-metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar que os sujeitos falam de lugares diferentes, com formas diversas de serem mulheres no entrecruzamento entre gênero, raça e classe/renda, marcados por um lugar de fala, independentemente da condição social de restrição de oportunidades, que permitem ou não que acessem lugares de cidadania.

bell hooks (2013) nos ensina que, para a construção de uma educação e um ensino democráticos, há um grande desafio a ser vencido: o combate ao colonialismo impregnado em nosso tecido

social, contribuindo para a manutenção das estruturas hierárquicas que legitimam as opressões às minorias étnicas e atravessam a educação contribuindo para exclusões. Em hooks (2013), temos historicamente, de um lado, a invisibilidade das mulheres negras no campo epistêmico e a manutenção das hierarquias raciais e desigualdades de gênero e, do outro, as práticas pedagógicas feministas que reconhecem e legitimam uma pedagogia da subversão às construções teóricas europeias e hegemônicas para romper com as heranças coloniais que subalternizam grupos sociais e silenciam suas vozes. A autora destaca que, em práticas educativas libertadoras e emancipatórias, os(as) sujeitos(as) aprendem com seus pares e ampliam a compreensão crítica sobre a realidade, atuando como lugar de empoderamento coletivo e de transformação social. Para hooks (2013, p. 273),

A sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um ambiente de possibilidades. Nesse campo de possibilidades, temos a oportunidade de trabalhar pela liberdade, de exigir de nós e dos nossos camaradas uma abertura da mente e do coração e que nos permita encarar a realidade ao mesmo tempo em que, coletivamente, imaginamos esquemas para cruzar fronteiras, para transgredir. Isso é a educação como prática de liberdade.

Desse modo, o desafio à educação contemporânea, para hooks (2013), é combater de maneira concreta a invisibilização e o silenciamento das mulheres negras na dinâmica social, pelo constante questionamento da narrativa eurocêntrica que fortalece o racismo institucional e reforça as diferenças de gênero, sendo necessária uma pedagogia emancipatória a favor da luta antirracista e de fortalecimento dos direitos sociais.

Para hooks (2013), é salutar o desenvolvimento de projetos educacionais democráticos e políticos para atuações propositivas, não só na academia, mas na escola e nos processos de lutas sociais, com vistas à ampliação dos direitos e das formas de resistência. Isso favorece o acesso de minorias étnicas ao protagonismo e à cidadania política para que a percepção crítica da realidade social, o conhecimento crítico e a construção de ações transformadoras possam produzir novas formas de resistência.

Mulheres teóricas e acadêmicas, como York (2020a, 2020b), que traz reflexões sobre a subalternidade da mulheridade ou mulheridades em várias esferas da exclusão, muitas vezes regendo a exclusão

(2) Em uma imagem adesiva produzida, publicizada e compartilhada por alguns agentes políticos conservadores, a figura da presidenta Dilma Rousseff era apresentada com as pernas abertas sendo penetrada pela bomba de combustível em julho de 2015 (<https://www.infomoney.com.br/colunistas/blog-da-redacao/adesivo-com-dilma-sendo-penetrada-por-bomba-levanta-a-questao-isso-e-protesto/>). Em outro momento, o ainda deputado, hoje Presidente da República, anuncia que não estupraria sua colega de tribuna, Maria do Rosário, por ela não merecer (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/504802/noticia.html>).

dentro da própria abissalidade, e Kilomba (2019), lembram-nos dos grupos, nos subgrupos e com estes, como as possibilidades de mulheridade, quando não chanceladas pelo patriarcado, são descartáveis, tais como mulheres lésbicas, não mães ou não reprodutivas, travestis etc. Mulheres das subcategorias são atacadas por seu viés mais frágil e, também, mais potente: a condição de ser mulher².

Ciberfeministas em práticas mediadas pelo digital em rede na pandemia de covid-19

Pesquisar na cibercultura é atentar para a emergência de seus fenômenos, descrevê-los densamente, dialogar com as expressões e autorias ciberfeministas, por meio de narrativas, imagens e sons das praticantes culturais, e cartografar dilemas e etnométodos, lançando mão das linguagens da hipermídia para forjar ativamente a comunicação interativa em múltiplas plataformas. Foi com esta intenção que o diálogo em uma *live* realizada no encontro internacional no Humanitas, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por Edméa Santos, provocou-nos a problematizar tais fenômenos, ampliando repertórios para pesquisa e formação.

Imagem 1 – As mulheres na cibercultura: fenômenos emergentes na pandemia de covid-19



Fonte: Encontro Internacional de Educação... (2020).

É importante compreender práticas de mulheres ciberfeministas e aliados(as) que lançam mão de dispositivos do ciberespaço

para seus debates e ativismos (trans)feministas (YORK, 2020c) que criam e produzem acervo. Desse modo, seja através das práticas sociais, seja no ativismo nas redes e/ou seja na academia, em práticas educativas *transdisciplinares* e que *transversalizam* as áreas de conhecimentos, para além das disciplinas, *transbordando* e tornando a margem em centro de outras tantas formas, estéticas e políticas, encontramos no ciberespaço, como espaço habitado e multirreferencial um lócus privilegiado de seus ativismos. Espaço que favorece o exercício de uma pedagogia da desobediência, em que o lugar de fala e a escuta atenta se tornam fundantes para a *transformação* de si, do outro e da sociedade.

A apropriação do ciberespaço como lugar de fala (ou *stand point* em Patricia Hill Collings), presença e autoria, assim como professoras(es)³ o fazem para desenvolver seus currículos, mulheres em geral e aliados(as) também o habitam e praticam ativismos em torno da causa dos direitos sociais e da equidade. É desse lugar que compreendemos os ciberfeminismos, ou seja, de ocupar, habitar o ciberespaço como espaço multirreferencial de diálogo, aprendizagens, criações, contradições e disputas de narrativas. Nesse sentido, entre os dispositivos cartografados como fenômenos emergentes na pandemia de covid-19 no Instagram, estão as *lives* – práticas do campo da música, em que shows são transmitidos ao vivo, que foram apropriadas por diversas áreas e praticadas em diferentes plataformas e redes sociais, expandindo interações nos chats e encontros entre diversos grupos. Entre esses grupos, estão os coletivos ciberfeministas com uma diversidade de eventos realizados no ciberespaço, chamados de pós-TV e veiculados pelo YouTube, para debater as suas pautas, conforme problematizado em Fernandes e Santos (2020b), Fernandes, Santos e York (2020) e Santos, Fernandes e York (2020), que discutem práticas ciberfeministas plurais em tempos de pandemia, mapeando também os multiletramentos críticos nessas práticas e suas contribuições aos processos formativos na cibercultura. A seguir destacamos algumas destas práticas: ocupações, aulas públicas, *pole dance* e práticas de digital *storytelling*.

Ocupações – um fenômeno em que mulheres ocupam, protagonizam e compartilham experiências e conhecimentos em perfis em redes sociais disponibilizados por pessoas com visibilidade pública, como artistas e acadêmicos, para debates de pautas sociais, políticas e acadêmicas. O artista Bruno Gagliasso, implicado com questões

(3) Um exercício de inclusão de gênero uma vez que dados da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) em 2020, publicados em seu site, apresentam que 80% do magistério é composto por mulheres.

étnico-raciais, em uma *live* com 173 mil visualizações, convidou protagonistas negras(os) para compartilhar experiências e saberes em torno dessa pauta. A acadêmica e feminista negra Djamila Ribeiro, em uma *live* emocionante e histórica, entrevistou em seu perfil Rubi Bridges, atualmente com 50 anos e que foi a primeira criança negra a estudar em uma escola inter-racial nos EUA; uma história de racismo, discriminação e resistência. A filósofa, artista plástica e acadêmica Márcia Tiburi abriu o seu Instagram para a ocupação de mulheres ativistas na política, cultura e educação, a exemplo de Maria Marriguella, de Salvador, que é neta de família que passou pela ditadura militar, e Nilma Gomes, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), referência na área de currículo e educação inter-racial. Sara Wagner York, em seu programa pela Pós-TV247, transmitido pelo YouTube desde o segundo semestre de 2020 e intitulado “Sextou com Sara” pelo jornalista e coapresentador Mauro Lopes, alcança mais de 20 mil visualizações no período de exibição, desde o início de suas apresentações. Os conteúdos produzidos nessas ocupações, em que mulheres partilham seus programas e agendas, acionam e convidam aliadas(os), gerando debates, entrevistas, aulas e muitas reflexões, entre outras autorias em diversas linguagens digitais no contexto das ocupações. Em uma cartografia do cotidiano de mulheres em redes sociais, Santos e Trancoso (2019) problematizam as redes de saberes e subjetividades que formam mulheres no contexto da cibercultura, mapeando usos e táticas dos espaços virtuais, construções de sentidos e operações conceituais e conhecimentos sociais e políticos importantes construídos nesse espaço social de mulheres. Em tais redes de saberes, essas mulheres ensinam e formam outras mulheres, tanto quanto as ocupações em redes sociais.

Aulas públicas – fenômeno praticado por diversas redes educativas, universidades, escolas, pessoas físicas e acadêmicos(as), por diferentes plataformas e redes sociais. Uma educadora/pesquisadora que tem lançado mão desse dispositivo é Ivana Bentes, atualmente pró-reitora de extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em seu perfil no Instagram, ela reúne uma diversidade de pares trazendo arte, cultura e protagonismos de vários coletivos. Outro exemplo é Débora Diniz, antropóloga e professora do curso de Direito da Universidade de Brasília (UnB), que defende os direitos reprodutivos. Durante a pandemia, ela tem produzido acadêmica, política e artisticamente, em um perfil no Instagram

chamado “reliquia.um”, homenagens a mulheres vítimas de covid-19. No Twitter atua defendendo os direitos reprodutivos e, na Banquinha no Instagram, aos domingos, atua como professora e acadêmica generosa que partilha saberes relacionados à produção acadêmico-científica. Outra educadora-pesquisadora que promove a discussão na pauta transfeminista em vários espaços e cenas é Geovana Lunardi, que, enquanto presidenta da ANPED, abriu a série de *lives* do ano de 2020 com o tema “Educação a distância: universidade e pandemia”, debate de extrema relevância para a educação em nível nacional, realizada por Edméa Santos (EDUCAÇÃO, 2020), e abriu as *lives* produzidas pela instituição em 2021 com Sara Wagner York (SANTOS; FERNANDES; YORK, 2020) falando sobre a temática “Travesti da/na Educação”. O evento marca a primeira vez que a instituição e sua presidência, em 40 anos de história, receberam uma mulher trans para discussão sobre a temática. A estratégia de apoio à pauta transgênera da presidenta inclui, em várias de suas *lives*, a referência a “todAs, todEs e todOs” em suas saudações iniciais. O termo “todEs” marca a presença de pessoas transgêneres não binárias, ou seja, sujeitos que, de modo político, utilizam a linguagem como meio eficiente para rupturas com os conglomerados estruturantes de exclusão daqueles que fogem, de alguma maneira, das normatizações dos corpos. (BUTLER, 2004) Sua articulação política reforça a máxima utilizada pelo movimento negro e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros e Intersexuais (LGBTI) no Brasil: “Não precisa ser negro nem LGBTI para lutar contra o racismo e a LGBTIfobia”. Este espaço de atuação de mulheres demonstra como professores(as) se apropriam do ciberespaço para autorias, currículos e redes de saberes.

Pole dance – como prática artística e esportiva, atravessa o nosso pensamento há algum tempo e, no imaginário das pessoas, aparece como algo estranho ou exótico, que expõe os corpos. Para nós, os corpos são tecnologias de resistência, são instrumentos de luta, não são meros objetos, portanto não são objetificáveis. Por meio dessa linguagem, mulheres se autorizam a protagonizar como expressão de poder, liberdade de expressão, autocontrole, identidade e desejos. O corpo é também instrumento pedagógico para educar e lutar por práticas de equidade na educação, desenvolvendo docências sintonizadas com o nosso tempo. São exemplos de usuárias no Instagram que praticam o *pole dance* nessa perspectiva: Clara

(4) A Associação Brasileira Intersexo (ABRAI) utiliza a palavra escrita como nome próprio, iniciada com letra maiúscula e sem plural, uma vez que se trata da condição biológica, e não de orientação sexoafetiva ou expressão de gênero.

Averbuck, que é autora de nove livros e do filme “Nome próprio” e lança mão do hipertexto para escrever sobre o protagonismo no *pole dance*; e a doutora em Educação pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Tais Emília (perfil Tais.Beto), que pratica o *pole dance* em casa com sua família. Juntamente com a expressão do *pole dance* em seus vídeos, ela traz à discussão questões de inclusão de crianças e pessoas Intersexo⁴, a visibilização dos índices de feminicídio, violência de poder e outras opressões. No texto “‘Pole dance’: entre preconceitos, invenções ciberfeministas e educação online”, publicado na revista *Docência e Cibercultura*, Edméa Santos (2020b) traz essa discussão a partir de narrativas e imagens da experiência de mulheres em redes sociais como dispositivo de práticas feministas e expressões corporais em tempos de pandemia que, atreladas a práticas de educação *on-line*, são disparadoras de mais educações libertadoras, em diferentes espaços formativos, em combate às opressões contra a liberdade de expressão e ao controle dos corpos das mulheres.

Práticas de digital storytelling – espaço de produção de narrativas orais, escritas e imagéticas que vem crescendo em redes sociais. São forjadas para o compartilhamento de histórias de vida, formação e repertórios culturais por acadêmicas, literatas, jornalistas, artistas e outras mulheres que, a partir de serem tocadas por um filme, uma série, uma viagem, um livro e outros artefatos científicos, culturais e literários protagonizados por mulheres e/ou com temas feministas, produzem narrativas digitais, imagens e sons bricolando com referenciais teóricos e com suas próprias histórias e experiências para inspirar e ensinar outras mulheres. A professora e pesquisadora Tania Lucía Maddalena, em seu perfil no Instagram, compartilha histórias de si, experiências literárias, de vida, formação e profissão em narrativas e imagens para inspirar outras mulheres. No artigo “Storytelling na pandemia: experiências, memórias e ficções”, Maddalena (2020) destaca que a contação de histórias digitais, composta pelo tripé memória-experiência-ficção, expande-se na hipermídia, trazendo uma cartografia de *storytelling* na pandemia de covid-19. Compreendemos que essas práticas na internet, como discutido em Fernandes e Santos (2020b), contribuem também para educar mulheres ao combate à violência praticada homens pelo uso da linguagem em redes sociais, e podem transformar-se em poderosos instrumentos de lutas, resistências, demarcação de lugar social e formação política de mulheres contra a violência discursiva praticada por homens.

Esses fenômenos, que expressam protagonismos de mulheres, dilemas e desafios que demarcam territórios, identidades, estéticas corporais, lutas e resistências políticas e diversas linguagens, apontam-nos para estratégias pedagógicas mediadas por tecnologias digitais em rede, na relação interativa e on-line com saberes produzidos por mulheres e o desenvolvimento de multiletramentos críticos.

(5) O sexismo é a base determinante de exclusão de mulheres com base no sexo e, como defende Sueli Carneiro (2015), o cissexismo é a incapacidade de observar a capacidade de mulheres trans como sujeitas capazes e autorais no espaço democrático feminino com muitas nuances, cores, tons e formas de mulheridade.

Para continuar o diálogo: sentidos dos fenômenos emergentes na/da cibercultura pelo olhar dos multiletramentos críticos

A partir dessas práticas sociais de mulheres, é possível pensar nos multiletramentos que com elas emergem, ao observarmos as estratégias e táticas das praticantes (CERTEAU, 1998) para superação das opressões, para criar alianças (BUTLER, 2015) e findar (se possível) violências. Corpos que sofrem e que lutam por um combate urgente contra o patriarcado, colonialismo, cissexismo⁵ e capitalismo, no entrecruzamento e na intersecção com as categorias gênero, raça e classe/renda.

Nas *ocupações* as mulheres protagonizam e compartilham experiências levando seus ativismos, conhecimentos, arte, cultura e política, acionando novos(as) aliados(as), gerando debates sobre sistemas e opressões históricas. Isso com a mediação de uma diversidade de experiências das praticantes culturais plurais e da multisssemiose de linguagens digitais, implicando no desenvolvimento de autorias e cocriações coletivas e colaborativas, que são também multiletramentos críticos, (FERNANDES; CRUZ; SANTOS, 2020) pois essas praticantes não só denunciam discursos como também constroem conhecimentos em torno de pautas sociais e políticas, que podem ser transformadoras de si e de outras/es/os.

No espaço de *aulas públicas*, a atuação de mulheres demonstra como docentes e estudantes se apropriam do ciberespaço para desenvolver autorias, currículos e redes de saberes, pois são socializados conhecimentos científicos e produções acadêmicas que na presencialidade ficariam restritos a pequenos grupos. Uma explosão de conhecimentos interagilizados por feministas e seus diversos uni(r)versos femininos. (YORK, 2020a) Com essas práticas de multiletramentos críticos, (FERNANDES; CRUZ; SANTOS, 2020) são produzidas novas narrativas para questões históricas de opressão

e violência, acervos continuístas que nos (in)formam sobre suas táticas e expertises de sobrevivência e luta, são anunciados novos sentidos às práticas de formação e são produzidos novos significados ao aprender-ensinar-aprender de forma colaborativa e solidária.

O *pole dance*, como uma prática artística, corporal, ética e estética, portanto política, ganha a dimensão de resistência e instrumento de luta por liberdade, autocontrole, pertencimento, identidade e expressão de desejos. É também pedagógico para educar e para lutar por práticas de equidade na educação. Então, os multiletramentos críticos (FERNANDES; CRUZ; SANTOS, 2020) nessas práticas sociais, em que a própria experiência dessas mulheres ao protagonizar no/ com o *pole dance* expressa suas identidades e seu empoderamento, reconfiguram-se e se transformam em uma metáfora de ação e de poder contra opressões e violências alicerçadas pelas práticas machistas e masculinistas tóxicas, fomentadas pelo patriarcalismo e colonialismo estrutural.

As práticas de *digital storytelling*, como compartilhamento de histórias de vida, formação e repertórios culturais por acadêmicas, literatas, jornalistas, artistas e outras mulheres, contribuem para inspirar e ensinar mulheres a perceber e acessar diferentes artefatos científicos, culturais e literários pelas memórias cotidianas, com narrativas digitais que misturam linguagens escrita digital, imagens e sons, em diálogo com referenciais teóricos. Do ponto de vista dos multiletramentos críticos (FERNANDES; CRUZ; SANTOS, 2020), essas práticas expandem a perspectiva para questões ontológicas, de existência e de (re)existência e possibilitam uma diversidade de sentidos, para diferentes contextos culturais e sociais, em interface com os significados atribuídos pelas e com as experiências de vida e subjetividades das praticantes, criando possibilidades para extrapolar uma história única. (ADICHIE, 2019)

Entre esses grupos, estão as ciberfeministas com uma diversidade de eventos realizados no ciberespaço, como palestras, mesas redondas e encontros para debater as suas pautas, como problematizado nas redes de mulheres trans e travestis e denunciado pelo Dossiê da Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2021) que aponta, em seus dados de 2020 com recorte de subnotificações, a morte de 175 mulheres trans e travestis apenas por serem mulheres. O dossiê também apresenta a formação de ataque às mulheres trans e travestis a partir de grupos do Facebook de conservadores e religiosos fundamentalistas, que

deliberadamente propagam mentiras e agenciam pânico moral para a exclusão e o fomento da morte (histórica, física e psíquica) de muitas sujeitas. Em contrapartida, redes de mulheres são formadas para o que antes era reatividade, hoje, é espaço em que lançam mão de aspectos propositivos para suas sobrevivências.

A implicação dessas mulheres na cibercultura, como em Fernandes e Santos (2020a), Fernandes e Santos (2020b) e Fernandes, Santos e York (2020), são práticas cyberfeministas que contribuem com processos formativos em tempos pandêmicos e insistem, existem e resistem, compreendendo como operam essas várias ações de aliança. São alianças e redes para partilhar experiências de combate aos sistemas estruturais, como o racista, o capitalista, o colonialista e o patriarcalista. As opressões e violências por eles gerados, por meio de uma diversidade de linguagens pelas quais expressam os seus ativismos e protagonismos, auxiliam-nos a pensar em mundos possíveis, existências mais leves e respiros de alívio em meio à jornada cujo fim não veremos, mas já colhemos a certeza de novas narrativas e vivências possíveis no mundo que ainda segue (desde o início desta escrita) sob quarentena⁶ e esperança.

(6) Em 13 de março de 2020, exatamente um ano antes desta nota, o Rio de Janeiro decretava quarentena em razão da pandemia de Covid-19. Em 15 de abril de 2020, foi publicado que "[...] é essencial esclarecer que enfrentamos o ponto mais crítico em relação a ZERAR a contaminação. Este ZERO – contaminação zero real - leva um tempo para chegar à nulidade e, se nenhum cuidado adequado – segurança pessoal como a socialização (distanciamento social) – for adotado, a contaminação começa a se espalhar novamente. (em p. 1, 5 e 6 do documento "The Constant K and the Gaussian Temporal Evolution for Covid-19". Disponível em: https://lnkd.in/em_znnP ion_for_COVID-19). Um ano depois do aviso, temos um número próximo de 270 mil vítimas.

Cyberfeminist devices at Instagram: educational authorships in context of Covid-19

Abstract: The production of women on the internet is not new, but, from the movement of plural feminisms, mainly mediated by the use of social networks on the internet, we noticed the emergence of many different phenomena, performances and uses, as well as the potential of critical multiliteracies in Street (2014), Fernandes, Cruz and Souza (2020) mobilized in social practices in cyberculture. In the course of the Covid/19 pandemic we conducted an ethnography in cyberculture from which some authorial devices were mapped on the Instagram platform, with the aim of understanding how authorial educational devices were forged by different women and how they can inspire feminist pedagogical practices in cyberculture. The data produced were densely described and analyzed looking for the meanings and the ways of subjectivation of feminist women in emerging phenomena such as lives, occupations, public classes, pole dance and digital storytelling practices, dialoguing with feminist authors such as Angela Davis, Heloísa Buarque de Hollanda, bell hooks, Vilma Piedade, Djamila Ribeiro, Sara Wagner York, and others. As results we highlight the possibility of problematizing issues related to cyberculture and social practices mediated by the digital network and structural systems such as patriarchy, colonialism and capitalism, in intersection with important categories of feminisms such as gender, race and class, mapping what we are conceiving as critical multi-literacies, by looking at the strategies and tactics of practitioners to overcome and resist the crossings and oppressions suffered historically and materialized in violence as discursive, political, academic, aesthetic, among others.

Keywords: cyberfeminism; cyberculture; critical multilearnings; Instagram.

Dispositivos ciberfeministas en Instagram: las autorías educ-ativas en la pandemia del Covid/19

Resumen: La producción de las mujeres en internet no es nueva, pero, a partir del movimiento de los feminismos plurales, principalmente mediado por el uso de las redes sociales en internet notamos el surgimiento de diferentes fenómenos, actuaciones y usos, así como el potencial de los multiletramientos críticos en Street (2014), Fernandes, Cruz y Souza (2020) movilizados en las prácticas sociales en la cibercultura. Durante la pandemia de Covid/19 realizamos una etnografía en la cibercultura a partir de la cual se mapearon algunos dispositivos autorales en la plataforma Instagram, con el objetivo de comprender cómo se forjaron los dispositivos autorales educacionales por parte de diferentes mujeres y cómo pueden inspirar prácticas pedagógicas feministas en la cibercultura. Los datos producidos fueron densamente descritos y analizados buscando los significados y modos de subjetivación de las mujeres feministas en fenómenos emergentes como las vidas, las ocupaciones, las clases públicas, el pole dance y las prácticas de narración digital, dialogando con autoras feministas como Angela Davis, Heloísa Buarque de Hollanda, bell hooks, Vilma Piedade, Djamila Ribeiro, Sara Wagner York, entre otras. Como resultados destacamos la posibilidad de problematizar cuestiones relacionadas con la cibercultura y las prácticas sociales mediadas por la red digital y sistemas estructurales como el patriarcado, el colonialismo y el capitalismo, en intersección con importantes categorías de los feminismos como el género, la raza y la clase, siendo también posible, mapear lo que estamos concibiendo como multiletramientos críticos, observando las estrategias y tácticas de los practicantes para superar y resistir los cruces y opresiones sufridas históricamente y materializadas en la violencia como discursiva, política, académica, estética, entre otras.

Palabras clave: cyberfeminismo; cibercultura; multiletramientos críticos; Instagram.

Referências

- ADICHIE, C. N. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AKOTIRENE, C. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
- ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial (plural) das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, J. G. (org.). *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: EdUFSCar, 1998. p. 24-41.
- BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, S. N. B. (org.). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020*. São Paulo: Expressão Popular: ANTRA: IBTE: 2021.
- BUTLER, J. *Notes toward a performative theory of assembly*. Cambridge: Harvard University Press, 2015.
- BUTLER, J. *Undoing gender*. New York: Routledge, 2004.

CARNEIRO, S. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2015.

CERTEAU, M. *Artes de fazer*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
(A Invenção do cotidiano, 1)

CLARDY, J. L. Toward a progressive black sexual politics: reading african american polyamorous women in to Patricia Hill Collins' Black Feminist Thought. In: BROOKS, A. (ed.). *The Routledge Companion to Romantic Love*. London: Routledge, 2021. p. 150-158.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENCONTRO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: DO PRESENCIAL AO DIGITAL, 1., 2020, [S. l.]. As mulheres na cibercultura: fenômenos emergentes na pandemia de Covid-19. Publicado pelo canal PUCPR. 2020. *Online*. 1 vídeo (1h36m). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-IrgiVgzmdM>. Acesso em: 7 mar. 2021.

FERNANDES, T.; CRUZ, D. M.; SANTOS, E. Perspectiva social e abordagem crítica dos multiletramentos na cibercultura. *Revista UFG*, [S.l.], v. 20, n. 26, p. 2-27, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63266>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FERNANDES, T.; SANTOS, E.; YORK, S. W. Ciberfeminismo em tempos de pandemia de COVID-19: *lives* e seus multiletramentos críticos. *Revista Binacional Brasil Argentina: diálogo entre as ciências*, [S.l.], v. 9, n. 02, p. 82-101, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/7788/5312>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FERNANDES, T.; SANTOS, E. Ciberfeminismo e multiletramentos críticos na cibercultura. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, dez. 2020a. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/76124>. Acesso em: 18 fev. 2021.

FERNANDES, T.; SANTOS, E. Práticas ciberfeministas em redes sociais e multiletramentos críticos na pandemia. In: HARDAGH, C. C.; FOFONCA, E.; CAMAS, N. P. V. *Processos Formativos, Tecnologias Imersivas e Novos Letramentos: convergências e desdobramentos*. Curitiba: Editora Collaborativa, 2020b. p. 64-79. E-book. Disponível em: http://midiasemediacoes.edumatec.net/moodle/pluginfile.php/1029/mod_resource/content/1/Livro%20Processos%20formativos.pdf. Acesso em: 18 fev. 2021.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOLLANDA, H. B. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

JESUS, C. M. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1960.

KILOMBA, G. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.

- LIVES ANPED PRESENTE NA QUARENTENA, 2020. Educação a Distância: Universidade e Pandemia. [S. l.: s. n.], 2020. *Online*. 1 vídeo (58m34). Geovana Lunardi; Edméa Santos. Publicado pelo canal ANPED Nacional. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PWmuNdt7dAc&t=437s>. Acesso em: 7 mar. 2021.
- MADDALENA, T. L. Storytelling na pandemia: experiências, memórias e ficções. *Notícias, Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], ago. 2020. *Online*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1165>. Acesso em: 7 mar. 2021.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- PEREIRA, M. C. A. *Redes educativas no terreiro Ilê Omidayê: uma pesquisa com os cotidianos na cibercultura*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.
- PIEDADE, V. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.
- RIBEIRO, D. Prefácio à edição brasileira. In: DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016. Não numerado.
- RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- SANTOS, E. #livesdemaio... Educações em tempos de pandemia. *Notícias, Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], jun. 2020a. *Online*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1109>. Acesso em: 07 mar. 2021.
- SANTOS, E. “Pole dance”: entre preconceitos, invenções ciberfeministas e educação online. *Notícias, Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], set. 2020b. *Online*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1178> Acesso em: 07 mar. 2021.
- SANTOS, E.; TRANCOSO, M. Cibercultura e formação: cartografando o cotidiano de uma rede de saberes e subjetividades do feminino na cibercultura. In: OLIVEIRA, J.; FALABRETTI, E. (org.). *O futuro das humanidades: ciências humanas: desafios e perspectivas*. Caxias do Sul: EDUCS, 2019.
- SANTOS, E.; FERNANDES, T.; YORK, S. W. Ciberfeminismo em tempos de pandemia Covid-19: lives (trans)feministas. *Notícias, Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], ago. 2020. *Online*. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1123>. Acesso em: 7 mar. 2021.
- STREET, B. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- YORK, S. W. *TIA, VOCÊ É HOMEM? Trans da/na educação: des(a) fiando e ocupando os “cistemas” de Pós-Graduação*. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020a.

YORK, S. W.; CARA, D. T. *Entrevista Sara York: A Travesti da/na educação. Entrevista sobre atuação e vida da professora Sara Wagner York. Educação, [s. l.], v. 45, n. 1, p. e-110/1-35, 2020b.*

YORK, S. W.; OLIVEIRA, M. R. G.; BENEVIDES, B. *Manifestaciones textuales (insumisas) travesti. Revista Estudos Feministas, v. 28, n. 3, 2020c.*

Submetido em 19/07/2021
Aceito em 31/01/2022

